

A Formação de Professores na Universidade Federal de Santa Catarina: uma análise de suas transformações curriculares no tempo

Amurabi Oliveira

Universidade Federal de Santa Catarina

amurabi_cs@hotmail.com

Introdução

A história das Ciências Sociais no Brasil é um tema que recorrentemente tem ocupado a agenda de investigação e preocupações dos pesquisadores na área, todavia, essa tem sido uma história narrada, sobretudo, a partir das grandes obras intelectuais e das pesquisas desenvolvidas. Poucos ainda são os estudos que exploram a rotinização do conhecimento sociológico no Brasil a partir de seu ensino, dos cursos de formação acadêmica etc.

Se, por um lado, a seminal pesquisa de Miceli (1989) traz importantes contribuições para refletir sobre os condicionantes para o surgimento das Ciências Sociais no Brasil, pensando, sobretudo a partir do eixo Rio-São Paulo, por outro, há de se enfatizar os limites que

encontramos nesse trabalho ao invisibilizar e hierarquizar toda produção que foge desse eixo geopolítico (REESINK; CAMPOS, 2014). Em todo o caso, Miceli não está preocupado em descrever e analisar as formas pelas quais o conhecimento sociológico se sistematizou nesses espaços, não sendo seu olhar voltado para os currículos de tais cursos, por exemplo.

Volto-me aqui, em minha análise, para um exemplo “provinciano”, por assim dizer, dedicando minha atenção a um único curso de Ciências Sociais, o da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que, apesar de ser o mais antigo do estado ainda em funcionamento (OLIVEIRA, 2016), surgiu muito tardiamente se compararmos com o cenário dos outros estados do Sul do Brasil, que passaram a ter os primeiros cursos de Ciências Sociais ainda nos anos de 1930, no caso do Paraná, e de 1940, no caso do Rio Grande do Sul. Não à toa, no estudo realizado, em 1955, por Costa Pinto e Edson Carneiro, *As Ciências Sociais no Brasil*, o PR e o RS aparecem, porém SC não. Isso não quer dizer que não seja possível generalizar em algum grau as considerações aqui realizadas, pelo contrário, acredito que em grande medida elas também se aplicam às demais licenciaturas em Ciências Sociais existentes no país.

Minha intenção é analisar a dinâmica do curso de Ciências Sociais na UFSC desde sua gênese, centrando na formação de professores, de tal modo que o bacharelado não é o foco de minha reflexão nesse trabalho. Tal esforço é realizado articulando as mudanças que ocorreram no nível institucional desse curso com outras mais amplas existentes nas Ciências Sociais, uma vez que compreendo que parte das transformações observadas na concepção de formação de professores nessa área se relaciona às mudanças de sentidos encontradas na compreensão das Ciências Sociais, que iria de uma concepção mais

ampliada, incluindo aí a História, a Geografia, a Economia etc., para uma mais estrita centrada na Antropologia, na Ciência Política e na Sociologia.

Esse exame é realizado considerando o período entre os anos de 1970, quando temos a criação do curso, e 2006, quando ocorre a última reforma curricular. Devido aos limites desse trabalho não adentrarei nas ementas das disciplinas, até mesmo pela indisponibilidade de materiais em sua íntegra. Os resultados aqui apresentados baseiam-se na análise documental do material disponível junto à coordenação do curso de Ciências Sociais e do arquivo central da UFSC.

Para uma melhor compreensão, por parte do leitor, do exame que pretendo realizar aqui, tanto trarei uma breve discussão sobre a configuração das Ciências Sociais no Brasil quanto realizarei uma breve apresentação do cenário que antecede a criação desse curso em Santa Catarina, pensando desde a Faculdade Catarinense de Filosofia, que fora criada nos anos de 1950.

As Assim Chamadas Ciências Sociais

Antes de adentrar na análise propriamente dita dos dados referentes ao Curso de Ciências Sociais da UFSC, creio que é relevante levantarmos alguns pontos ainda pouco explorados na literatura que trata da história das Ciências Sociais no Brasil, que diz respeito ao anacronismo que cometemos ao analisar a criação dos primeiros cursos.

De forma recorrente, consolidou-se no Brasil uma leitura das Ciências Sociais que as restringem à Antropologia, Ciência Política e Sociologia, sem considerar transformações no significado existente nessa denominação. Em que pese o fato de que foi a partir de tais cursos que pudemos ter uma formação com graduação nessas áreas,

é relevante considerar que elas surgiram inicialmente como áreas de especialização ao lado de outras ditas Ciências Sociais.

Também é importante salientar que o processo de autonomização das áreas de conhecimento dentro do campo acadêmico é algo gradual, e que, quando surgem os primeiros cursos de Ciências Sociais, na década de 1930, esse não era um processo plenamente consolidado. Nesse cenário, a divisão disciplinar ainda era incipiente e podemos mesmo indicar que havia outra compreensão de Ciências Sociais naquele momento, englobando tanto ciências mais consolidadas, como a História e a Geografia, quanto também novas ciências como a Antropologia e a Sociologia.

Ao observarmos a organização dos primeiros cursos de Ciências Sociais brasileiros, o da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP), da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade do Distrito Federal (UDF), criados respectivamente em 1933, 1934 e 1935, podemos observar mais claramente essa questão.

O curso da ELSP tinha duração de três anos, havendo, apenas no primeiro ano, uma cátedra de Sociologia nos dois semestres e, no segundo ano, apenas uma de Antropologia no primeiro semestre. Por outro lado, a área de Economia se fazia presente em todos os anos: nos dois primeiros semestres, através de uma disciplina de Economia Social; no terceiro e no quarto, uma de Economia Mundial; e, no quinto e no sexto, uma de Economia Brasileira. Do mesmo modo, a disciplina de História Política e Social do Brasil estava presente nos dois últimos semestres. Mais que isso, os próprios cursos de sequência apresentam-se em diversas áreas de conhecimento: Antropologia, Sociologia, Ciência Política, Economia, Psicologia e Estatística.

Do mesmo modo, no caso da USP era perceptível a presença significativa de disciplinas como Economia Política, no primeiro e se-

gundo anos, ou História das Doutrinas Econômicas, no terceiro ano. Já Antropologia estava exclusivamente no segundo ano e Etnografia no terceiro. Apenas a Sociologia estava em todos os anos. Na organização inicial da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, havia quatro seções: Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia. No caso da seção de Ciências, essa abarcava os seguintes cursos: Matemática, Física, Química, História Natural, Geografia e História e Ciências Sociais. Para Takagi (2013), essa estrutura organizacional viabilizava o mútuo oferecimento de disciplina entre os diversos cursos, como História, Geografia, Economia e Ciências Sociais.

Chama-me a atenção que a forte presença da Economia como também da História, ainda que em menor grau, tanto no curso da ELSP quanto da USP, aponta para uma compreensão diversa do que seriam as Ciências Sociais, ao menos em termos comparativos com a que temos hoje. Essa compreensão fica ainda mais evidente no curso da UDF, uma vez que ela indica as diferentes “menções” que poderiam ser realizadas no curso. Como indica o trabalho de Meucci (2015), o referido curso tanto habilitava o aluno na especialidade “Professor” quanto “Bacharel”, havendo três diferentes áreas de concentração: menção História, menção Geografia, menção Sociologia, de tal modo que essas eram as chamadas Ciências Sociais. Destaca-se ainda o fato de que tal curso estava junto à Faculdade de Economia e Direito, o que indica também outra forma de compreensão organizacional.

Busco, com essa breve explanação, demonstrar o anacronismo que cometemos amiúde ao pensar a história das Ciências Sociais no Brasil. Ao que me parece, cada contexto local formulou uma configuração distinta sobre o que seriam tais ciências. Arriscaria dizer que, naqueles locais nos quais havia mais explicitamente uma preocupação no desenvolvimento de pesquisas e na formação de quadros técnicos, a

Economia e a Psicologia se faziam mais próximas à Sociologia, à Antropologia e ao Pensamento Político; e, já naqueles contextos em que havia uma maior preocupação centrada na formação de professores, ganhavam espaço nessa composição a História e a Geografia.

Voltando-me para o caso catarinense, penso que encontramos algo mais semelhante com o caso da UDF. Apesar das primeiras experiências de Ensino Superior iniciarem-se ainda na década de 1930, com a criação, em 1932, da Faculdade de Direito de Santa Catarina¹, penso que o desenvolvimento das Ciências Sociais na região encontra-se fortemente vinculado à Faculdade Catarinense de Filosofia fundada em 1951, mas que tem suas atividades iniciadas em 1955². Notadamente, essa instituição tinha como uma de suas finalidades a formação de uma dada “elite” cultural. Todavia, a formação de professores para o ensino secundário, em expansão no período, também era uma de suas preocupações fundantes. Funcionaram inicialmente os cursos de Filosofia, Geografia e História, Letras Clássicas, Letras Neolatinas e Letras Anglo-Germânicas.

Em meio aos cursos de Filosofia, Geografia e História que surgem as primeiras cátedras de Sociologia, Antropologia Cultural, Antropologia Física e Etnografia do Brasil, que ficaram a cargo respectivamente de Edmundo Accácio Moreira, bacharel em direito; Oswaldo Rodrigues Cabral, doutor em medicina; Pe. Alvinho Bertholdo Braum, graduado em Filosofia e Teologia; e Jaldyr Bearing Faustino da Silva, bacharel em direito. À exceção de Moreira e Braum, os demais foram contratados para outras disciplinas, Cabral para História da Antiguidade e Idade Média e Silva para História do Brasil. Pode-se averiguar também, a partir da indicação dessas cátedras, que havia uma presença significativa da disciplina de Antropologia. A cátedra de Antropologia Cultural era lecionada tanto no curso de Geografia quanto no de

História, ao passo que as de Antropologia Física apenas no currículo do curso de Geografia; Etnografia do Brasil no curso de História; e já a cátedra de Sociologia estava presente apenas no curso de Filosofia.

Compreendo, desse modo, que é num forte diálogo com a Geografia e a História, sobretudo, que a Sociologia e a Antropologia passam a obter espaço para o seu desenvolvimento institucional, o que será reforçado com a criação da Universidade de Santa Catarina e o posterior advento do Departamento de Sociologia, consolidando-se definitivamente com a criação de um curso próprio. Em 1972, já havia uma série de iniciativas institucionais em curso na Universidade no campo das Ciências Sociais, inclusive com a ideia de se criar uma pós-graduação e,

Nesse mesmo ano, a chefia do Departamento, com o apoio majoritário dos professores de Sociologia, investiu na criação de um curso de graduação em Estudos Sociais, com o objetivo de formar professores num sistema de licenciatura curta para disciplinas como Organização Social e Política Brasileira (OSPB), História e Geografia. Depois de muitas discussões e crítica, essa iniciativa foi transformada, em 1975, no curso de licenciatura plena em Ciências Sociais, que conhecemos hoje (o curso foi reconhecido pelo decreto presidencial n. 81.144/1978). Em consequência, o Departamento de Sociologia passou a se denominar Departamento de Ciências Sociais. (COELHO DOS SANTOS, 2006, p. 50-51).

Segundo depoimento de Júlio Wiggers, professor aposentado desse Departamento, a intenção inicial era criar uma licenciatura plena em Ciências Sociais. Sem embargo, o conselho universitário transformou a proposta em um curso de Estudos Sociais (AUED; CAMPOS; FERREIRA, 2006). É importante frisar que houve outras mudanças nesse período na estrutura universitária, como a eliminação do Centro de Estudos Básicos e a transformação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras³ em três diversos centros: de Ciências da Educação;

Comunicação e Expressão; e Filosofia e Ciências Humanas. Também é digno de nota o fato de que o curso de Ciências Sociais surge visceralmente ligado à Educação Básica, ao menos no que diz respeito à justificativa para sua criação. Passarei então a examinar as transformações nos currículos no curso de Ciências Sociais, considerando a estrutura organizativa de suas disciplinas, buscando captar com isso quais os sentidos de ciências sociais existentes nessa realidade.

Transformações e Mudanças de Sentidos no Curso de Ciências Sociais da UFSC

Na década de 1970, havia certamente um clima intelectual bastante específico para o surgimento de um debate próprio no campo das Ciências Sociais, pois, em nível nacional, a Reforma Universitária de 1968 havia mudado a feição do Ensino Superior brasileiro, com destaque para a questão da pesquisa, já que com ela surgem as pós-graduações como nós as conhecemos, sendo esse um grande período de desenvolvimento das Ciências Sociais (MELO, 1999), com o surgimento de diversas graduações pelo país (LIEKDE FILHO, 2005) e, no nível local, destaca-se a fundação da Sociedade Catarinense de Sociologia em 1972 (CARVALHO; MATTOS, 2005).

Como já indicado anteriormente, o curso de Ciências Sociais da UFSC origina-se no antigo curso de Estudos Sociais, voltado para a formação de professores do então 1º e 2º graus, habilitando para o ensino de História e Geografia no 1º grau e OSPB no segundo. Para atender a tal demanda, o curso estava organizado em ciclos, o básico e o profissionalizante.

No primeiro ciclo, encontramos as seguintes disciplinas com seus respectivos números de créditos: Estudos de Problemas Brasileiros

(2)⁴, Metodologia Científica (2), Introdução à Psicologia da Educação (2), Português I-A (3), Filosofia I (3), Fundamentos das Ciências Sociais (5), Geografia Física I (5), História Antiga e Medieval (5), Prática Desportiva (2). Ao passo que, no segundo, havia a seguinte distribuição: História Moderna e Contemporânea I (5), Geografia do Brasil I (4), Geografia Humana I (4), Cartografia I (3), Fundamentos da Educação I (3), Psicologia da Educação II (4), Didática I (4), Antropologia Cultural I (4), Prática Desportiva II (2), Direito Constitucional I (Teoria Geral do Estado) (5), História do Brasil I (5), Organização Social e Política do Brasil I (3), Estrutura e Funcionamento do 1º Grau (3), Prática de Ensino em Fundamentos de Economia (4), Prática de Ensino em Organização Social e Política do Brasil do 2º grau (4), Prática Desportiva VI (2).

Há aí uma forte presença da História e Geografia de forma predominante nesse curso, o que reflete as demandas da própria educação básica, uma vez que a Sociologia não mais constava no currículo como disciplina obrigatória. Isso também reflete a organização administrativa da Universidade, uma vez que havia a oferta de forma concomitante tanto da licenciatura em Geografia quanto em História, de modo que haveria a possibilidade de aproveitar o corpo docente disponível para esses outros cursos nessa licenciatura.

Pode-se indicar que os conhecimentos sociológicos, assim como do pensamento político, estavam presentes de forma dissolvida em OSPB, apenas a Antropologia que possuía um espaço institucional próprio nesse currículo. Das duas práticas de ensino, uma era voltada para a disciplina de OSPB e a outra para Fundamentos de Economia, o que pode reforçar nosso argumento em torno de uma compreensão alargada do que seriam as Ciências Sociais nesse momento, o que incluiria a própria Economia.

A Sociologia em si mesma passa a ganhar mais espaço entre as disciplinas optativas que seriam as seguintes com seus respectivos créditos: Geografia Humana III (4), Sociologia Urbana (3), Sociologia Rural (3), Etnologia Brasileira (3), Sociologia do Turismo (2), Estatística II (4), Folclore (3), Museologia (2), Planejamento Social II (4), História do Pensamento Brasileiro (4), História das Religiões (5), História da Arte (5), História da Cultura Ibérica (5), Arqueologia Pré-Histórica (3).

Ao final dos anos de 1970, observamos um novo currículo, que mantém basicamente o mesmo ciclo básico, porém acrescenta-se a Prática de Ensino de Estudos Sociais de 1º Grau (8) e Prática de Ensino de Educação Moral e Cívica (4), e passou-se a haver uma divisão nas optativas para a habilitação do segundo grau, que poderia ser em Ciências Sociais, Filosofia, Geografia e História. No caso das na área de Ciências Sociais, as disciplinas seriam: Língua Estrangeira I (6), Instituições de Direito Privado II (4), Instituições de Direito Público II (4), Português I-B (3), Estudos de Problemas Catarinenses I (2), História do Povoamento e Colonização de Santa Catarina (3).

É a partir dos anos de 1980 que observamos um esboço de uma aproximação mais clara com o desenho de Ciências Sociais como nós conhecemos. O ciclo básico se divide em duas fases, a primeira composta por: Estudos de Problemas Brasileiros I (2), Filosofia I (3), Metodologia Científica (2), Português I-A (4), Sociologia Geral I (4), Introdução à Economia (4), História Econômica, Política e Social Geral (4), Prática Desportiva (2); a segunda por: História Econômica, Política e Social da América Latina (4), Antropologia Cultural I (4), Sociologia Geral II (3), Estatística I (3), Geografia Humana I (4), Epistemologia e Linguagem nas Ciências Sociais (4), Prática Desportiva (2). O ciclo profissionalizante também apresentava duas fases, na primeira

havia: Estudos de Problemas Brasileiros II (2), História Econômica, Política e Social do Brasil (4), Teoria Sociológica I (4), Antropologia Cultural II (4), Introdução à Ciência Política (4), Geografia Econômica I (3), Estatística II (4), Prática Desportiva III (2); já na segunda: Teoria Antropológica I (4), Teoria Política Clássica (4), Demografia I (4), Teoria Sociológica II (4), Economia III (4), Ciência Política I (4), Prática Desportiva IV (2).

Observam-se claramente mudanças significativas no direcionamento da discussão no campo das Ciências Sociais no referido curso, uma vez que ele passava a assumir um viés mais teórico. A economia passou a ganhar mais espaço nas discussões, assim como a Ciência Política, ainda que de forma ainda bastante incipiente se comparada com a Antropologia e a Sociologia, uma vez que apenas no ciclo profissionalizante surge uma Introdução à Ciência Política. A introdução da estatística não mais como disciplina optativa, mas sim como disciplina obrigatória também indica mudanças na concepção do curso, mais focado na dimensão da pesquisa também.

Notadamente, vale a pena destacar que havia outras mudanças institucionais em curso que confluíam com esse cenário, uma vez que, em 1976, é implementado um curso de especialização em Ciências Sociais e, em 1978, é criado o mestrado em Ciências Sociais, que possuía duas áreas de concentração: Antropologia e Sociologia. Isso indica um redimensionamento significativo do departamento, através da institucionalização de um espaço mais voltado para a pesquisa.

Os documentos que encontrei a partir do currículo de 1986 são mais esclarecedores, ao indicar, por exemplo, os objetivos do curso, que seriam:

O curso de Licenciatura plena de Ciências Sociais tem por objetivo fundamental a formação de professor para o ensino de 2º grau em

Ciências Sociais. Partindo da necessidade de conhecimentos mais genéricos de sua área de saber, inclui o estudo das ciências humanas. Passando para o campo específico, visa o estudo científico da realidade social, nos vários aspectos que a compõe. (REFER.).

Ou seja, deixa-se explícito nesse momento que o curso se volta para a formação docente, mas também para a formação de um quadro voltado para a pesquisa. Outra mudança significativa que ocorreu nesse período foi a transformação, em 1985, do mestrado em Ciências Sociais em dois distintos cursos: um mestrado em Antropologia Social e outro em Sociologia Política, desenho que ainda perdura na UFSC, o que indica também maior divisão disciplinar.

Nesse novo desenho, o aluno teria na primeira fase: Introdução à Sociologia (6), Introdução à Antropologia (6), História Econômica, Política, Social Geral e do Brasil (5), Geografia Humana – Econômica (4), Estudos de Problemas Brasileiros I (2), Prática Desportiva (2); na segunda: Teoria Sociológica I (6), Introdução à Ciência Política (6), Os Clássicos da Antropologia (6), Prática Desportiva II (2); terceira: Teoria Sociológica II (6), Teoria Política I (6), Tendências Antropológicas Atuais (6), Estudos de Problemas Brasileiros II (2), Prática Desportiva III (2); na quarta: Teoria Política II (6), Métodos e Técnicas de Pesquisa em Ciências Sociais (6), Economia Política (4), Disciplina Optativa (4), Prática Desportiva IV (2); na quinta: Métodos e Técnicas de Pesquisa em Ciências Sociais II (6), Estatística Aplicada às Ciências Sociais (6), Disciplina Optativa I e II (10); sexta: Introdução à Psicologia da Educação (3), Estrutura e Funcionamento do 1º e 2º graus I (4), Sociologia da Educação I (4), O. S. P. B. (6), Disciplina Optativa (6); sétima: Psicologia da Educação II (4), Didática I (4), Disciplina Optativa I e II (10); oitava: Prática de Ensino de Sociologia (4), Prática de Ensino Elementos de Economia (4), Prática de Ensino de OSPB (4).

Ocorre aí um aprofundamento na dimensão da pesquisa, mas que ao mesmo tempo trazia consigo uma concepção de formação no modelo “3+1”, uma vez que, nas primeiras fases, não havia nenhuma discussão acerca da realidade educacional, concentrando-se, a partir da sexta fase, através das disciplinas de Psicologia da Educação, Didática, Estrutura e Funcionamento do 1º e 2º graus e das Práticas de Ensino. No que tange às práticas, é interessante perceber que surge, pela primeira vez, uma prática de ensino em Sociologia, o que pode estar afinado tanto a questões mais locais, uma vez que encontramos referências ao fato de que ao final do IV Congresso Catarinense de Sociologia – evento organizado pela Sociedade Catarinense de Sociologia, realizado entre 30 de maio e 1º de junho de 1980, na Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC), na cidade de Lages, houve a aprovação de algumas moções por deliberação da Assembleia Geral da Sociedade Catarinense de Sociologia; dentre elas estava a moção “Pela reintrodução das disciplinas de Sociologia e Filosofia nos currículos de 2º graus” (UFSC, 1980), como também havia um cenário nacional favorável a esse redirecionamento, tendo em vista que é a partir dos anos de 1980 que começam a surgir iniciativas pontuais em algumas unidades da federação de retorno da Sociologia aos currículos escolares (OLIVEIRA, 2013).

Por outro lado, havia outras práticas de ensino que não necessariamente situam-se no campo estrito das Ciências Sociais, que já estavam delimitados de forma bastante próxima com aquilo que conhecemos hoje. Chama a atenção o fato que a prática de ensino em elementos de economia antecede a prática de ensino em sociologia, o que novamente pode apontar para uma compreensão mais alargada do ensino das Ciências Sociais. Indico assim que o ensino de Sociologia surge como uma preocupação posterior no curso de Ciências Sociais

da UFSC, em seu desenvolvimento o ensino da História, da Geografia, da OSPB, dos Estudos Sociais e mesmo dos elementos de economia surgiram antes.

Levanto como hipótese, que pode ser ampliada para outras licenciaturas de Ciências Sociais no país, que este curso passa a ser pensado como um espaço de formação de professores de Sociologia *a posteriori*, como um reflexo das transformações que ocorrem na Educação Básica, bem como do processo de maior delimitação disciplinar entre as ciências, o que se conecta de forma bastante evidente com o advento da pós-graduação após a Reforma Universitária de 1968.

Deve-se ainda considerar que, nos anos de 1980, essa habilitação ampla para a docência era a marca do curso, uma vez que a Portaria do MEC n.º 399, de 28 de junho de 1989, estabeleceu novas normas orientadoras no tocante aos registros de professores e especialistas em educação. Os registros passaram a ser efetuados nas disciplinas e em diferentes graus, conforme relacionado: História e Geografia no 1.º grau, OSPB no 1.º e 2.º Grau, Sociologia no 2.º Grau, Elementos de Economia e Geografia Humana no 2.º Grau. E como a lei n.º 8.663, de 14 de junho de 1993, que revogou o Decreto-Lei n.º 869, de 12 de dezembro de 1969, que dispunha sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória no ensino do então 1.º grau, a tendência que se observou nos anos de 1990 foi de um crescente centramento apenas na prática de ensino de Sociologia.

Não sem menor relevância, deve-se considerar o argumento lançado por Weber (1996) ao indicar que, no processo de redemocratização da sociedade brasileira, a educação e os professores foram compreendidos como peças-chaves para a consolidação de um projeto de sociedade democrática. Desse modo, as preocupações com a formação docente nas Ciências Sociais no bojo dessas discussões seriam

questões não apenas acadêmicas, no sentido estrito do termo, como também políticas.

Como indica o documento do atual Projeto Político de Curso (PPC), os anos de 1990 foram centrais no processo de redefinição do curso, tendo em vista que foi esse o período no qual ocorreram inúmeras discussões sobre o seu currículo. Foram realizados a I Semana de Avaliação do Curso de Ciências Sociais da UFSC em 1995; o II Seminário de Avaliação do Curso de Ciências Sociais em 1996; a III Semana de Ciências Sociais em 1997; a IV Semana de Ciências Sociais em 2002; a I Jornada para elaboração do Projeto Político Pedagógico do curso de Ciências Sociais em 2003; a VII Semana de Ciências Sociais e a II Jornada Político Pedagógica do Curso de Ciências Sociais em 2004.

Nesse interstício, no qual essa reforma foi pensada e discutida, ocorreram inúmeros avanços institucionais, como a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (lei nº 9.394/96), a inclusão da Sociologia como componente curricular obrigatório no estado de Santa Catarina em 1998, a elaboração de diretrizes curriculares nacionais para o curso de Ciências Sociais em 2001, sem contar que, no âmbito das Ciências Sociais da UFSC, houve a criação dos doutorados em Antropologia Social e em Sociologia Política em 1999, o que indica que tais discussões ocorreram em meio a um corpo docente mais maduro academicamente.

Adveio, dessa reforma curricular, uma preocupação em demarcar mais claramente tanto a marca da pesquisa, própria das Ciências Sociais, quanto a da licenciatura através do chamado Trabalho de Conclusão de Licenciatura (TCL), ou seja, a partir de então os licenciados deveriam apresentar um trabalho final necessariamente relacionado à educação, articulando pesquisa e debate educacional.

Em termos de organização curricular encontramos na primeira fase: Introdução à Antropologia (6), Introdução à Ciência Política (6), Introdução à Sociologia (6), História Contemporânea (4), Produção Acadêmico Textual (4); segunda fase: Teoria Antropológica I (6), Teoria Política I (6), Teoria Sociológica I (6), Fundamentos Filosóficos da Pesquisa Científica (4); terceira fase: Teoria Antropológica II (4), Teoria Política II (4), Teoria Sociológica II (4), Epistemologia das Ciências Sociais (6); na quarta: Teoria Antropológica III (6), Teoria Política III (6), Teoria Sociológica III (6), Teorias da Educação (4), Psicologia Social (4); na quinta: Pensamento Social Brasileiro (6), Prática de Pesquisa II (4), Métodos e Técnicas de Pesquisa I (6), Didática B (4), Psicologia Educacional (4), Economia Política (4), Optativa 1 (4); na sexta: Sociologia da Educação (4); Organização escolar (4); Metodologia do Ensino de Ciências Sociais (6), Optativa 2 (4); na sétima: Estágio Supervisionado em Ciências Sociais I (14), Estudos Afro-Brasileiros (4), Optativa 3 (4); na oitava: Estágio Supervisionado II (14); Optativa 4 (4); na nova: Seminário de Licenciatura (4); TCL (4).

Há, nesse cenário, portanto, uma maior ênfase na pesquisa, mas ao mesmo tempo um desenho mais claro no que tange à questão educacional, sendo reforçada pelos seminários de licenciatura e pela proposta de TCL. Nas disciplinas optativas, encontramos apenas uma referência direta a uma discussão relacionada à educação, que diz respeito à disciplina de “Antropologia da Educação” (4), e, de forma indireta, a disciplina “Sociologia da Juventude”. No mais, não há nenhuma outra disciplina que aponte para essa interface. Podemos inferir que a oferta de disciplinas optativas reflete não exatamente as demandas do curso, mas sim a agenda própria de pesquisa do corpo docente que o compõe, indicando que o debate educacional, apesar das reformas

levadas a cabo, continuou como periférico na agenda de pesquisa do corpo docente deste curso, o que reflete uma tendência mais geral no campo das Ciências Sociais já observada em levantamentos anteriores (MARTINS; WEBER; 2010; OLIVEIRA; SILVA, 2016).

O curso ainda mantém a entrada única para licenciatura e bacharelado, sendo que, a partir do segundo ano de curso (terceiro semestre), o aluno começa a se direcionar para uma das duas habilitações. Os estágios e as metodologias continuam sendo ofertadas pelo Centro de Ciências da Educação (CED), o qual reproduz o modelo clássico de divisão de trabalhos com as Faculdades de Educação, porém, ressalta-se a relevância de haver disciplinas tais como Sociologia da Educação e Seminários de Licenciatura que são ofertadas pelas Ciências Sociais, o que pode indicar um comprometimento do corpo docente com a formação de professores e, em que pese os limites ainda encontrados no curso, percebe-se que há avanços significativos com relação aos desenhos curriculares anteriores. Nota-se ainda que os currículos da licenciatura e do bacharelado possuem desenhos semelhantes, o que possibilita um fácil trânsito pelas duas habilitações, como indicam Mick, Diamico e Luz (2012), amiúde os alunos realizam ambas as formações ofertadas pelo curso.

Essa organização curricular é um caminho encontrado entre outros tantos possíveis, como indica o levantamento de Handfas (2009), todavia, nos possibilita refletir sobre a realidade mais ampla dos cursos de Ciências Sociais no Brasil. Afinal, tendencialmente, as graduações nessa área do conhecimento não se pensam enquanto cursos de formação de professores, ainda que isso tenha sido alterado sensivelmente com a reintrodução da Sociologia no currículo escolar. O acionamento de instrumentos como o TCL e a elaboração de disciplinas relacionadas diretamente com a licenciatura a serem lecionadas por

professores vinculados institucionalmente às Ciências Sociais, e não ao CED, parece-me ser uma estratégia clara de não apenas criar uma identidade em termos de formação entre os alunos do curso, como também entre os próprios docentes.

Apesar de examinarmos aqui um curso que surge apenas nos anos de 1970, marcado por um cenário particular, acredito que apresenta um percurso semelhante ao de outros de Ciências Sociais que emergem Brasil afora. Minha intenção aqui é demonstrar a necessidade de articularmos as transformações no nível local, com aquelas mais amplas ocorridas no campo das Ciências Sociais brasileiras para compreendermos os sentidos que determinado curso assume, especialmente no que tange à formação de professores.

Há claramente a passagem de uma compreensão mais ampliada de Ciências Sociais para uma mais estrita, especialmente quando consideramos a dimensão da formação docente. Estas licenciaturas teriam passado de uma realidade marcada por um campo mais disperso e pouco delimitado, para um mais claramente delineado assentado numa formação a partir da Antropologia, Ciência Política e Sociologia, visando o ensino na Educação Básica da Sociologia. Recuperar essa dimensão mostra-se como algo relevante tanto no que diz respeito ao avanço nas pesquisas na área de Pensamento Social Brasileiro, ao nos voltarmos para os processos de transformações das Ciências Sociais e para a rotinização do conhecimento sociológico, quanto na do Ensino de Sociologia, por nos possibilitar um mapeamento dos avanços galgados no campo da formação docente, ainda que esses não sejam lineares.

Acrescenta-se, por fim, que este movimento nos cursos deu-se de forma concomitante e relacionada com as próprias modificações ocorridas na Educação Básica, uma vez que a própria Sociologia nos currí-

culos escolares possui um percurso caudaloso, marcado por inúmeras descontinuidades⁵.

A dispersão em termos de foco de atuação profissional das licenciaturas em Ciências Sociais, ao menos num primeiro momento, poderia ser explicada, portanto, pela ainda diversa concepção de Ciências Sociais que estava em curso no período aqui analisado, e pela ausência da própria Sociologia enquanto disciplina escolar no currículo da Educação Básica. Como são movimentos concomitantes, podemos afirmar que eles se afetam de forma recíproca, uma vez que, na medida em que foi se delineando uma determinada configuração de Ciências Sociais, esta também acabou por afetar a Sociologia lecionada nas escolas. Sendo assim, para uma melhor análise da Sociologia na realidade escolar ao longo do tempo, é necessário também examinarmos as dinâmicas que as Ciências Sociais assumem no Ensino Superior, especialmente junto às licenciaturas específicas nesta área, tanto nos diversos contextos locais quanto em termos mais amplos nacionalmente.

Considerações Finais

As modificações observadas no currículo do curso de formação de professores de Ciências Sociais na UFSC refletem não apenas as demandas existentes na Educação Básica, ainda que o curso tenha surgido visceralmente ligado a essa realidade, mas sim questões mais amplas que refletem o debate intelectual local e nacional e como essas duas esferas dialogam.

Percebe-se um processo de crescente delimitação do que seriam as Ciências Sociais. Inicialmente, mais próximas da História e da Geografia e, em alguma medida, da Economia; e, posteriormente,

delimitando-se cada vez mais à Antropologia, à Ciência Política e à Sociologia. Levanto como hipótese que, se, por um lado, a compreensão ampliada das Ciências Sociais estava ligada às demandas escolares, por outro, seu processo de crescente delimitação liga-se à maior autonomização que essas áreas passam a ganhar com o advento da pós-graduação. Não à toa, se esse processo em Santa Catarina possui uma temporalidade diversa daquela que ocorre em outras instituições do Brasil, é também porque a maturação da pós-graduação ocorre aqui em outro momento.

Um impacto mais direto das demandas da Educação Básica sobre o curso pode ser sentido através da presença incisiva da disciplina de OSPB, assim como sua prática de Ensino, mas que gradativamente perde espaço para a prática de Ensino em Sociologia.

O interstício entre os anos de 1980 e os anos 2000 apresenta-se como de suma importância para a compreensão de que professor de Ciências Sociais estamos falando nesse momento. Então, surgem as pós-graduações disciplinares em Antropologia Social e em Sociologia Política na UFSC. A Sociologia começa a voltar em nível nacional de forma pontual, incluindo Santa Catarina em 1998; também são elaboradas diretrizes para formação de professores, bem como de cientistas sociais.

O curso que há, atualmente, na UFSC possui um desenho claro de licenciatura em Ciências Sociais, ainda que se possam problematizar as tensões que há com o próprio desenho do bacharelado, o que aparece através do parco número de disciplinas optativas voltadas para a educação, da inexistência até 2006 de núcleos de pesquisas dedicados ao ensino, ainda que todos os alunos tenham a obrigação de se integrar a um núcleo de pesquisa. Essa, certamente, é uma marca que se coloca de forma incisiva nas licenciaturas de modo geral, e nas Ciên-

cias Sociais de modo particular, o que fora reforçado pela ausência da Sociologia na Educação Básica.

Acredito que a maior contribuição desse breve ensaio encontra-se na demonstração de que, em que pese a ausência da Sociologia dos currículos escolares por um longo período, o ensino das Ciências Sociais na Educação Básica não desapareceu por todo, apenas apresentava-se através de outra configuração e compreensão do que seriam essas Ciências, o que se refletia também na própria estrutura curricular da licenciatura em Ciências Sociais, podendo essas considerações serem ampliadas em algum grau para outras licenciaturas no Brasil nesta mesma área de conhecimento.

Referências

AUEDE, Bernadete W.; CAMPOS, Glória G. S.; FERREIRA, Marilene S. Egressos do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina: profissão em movimento. *Mosaico Social*, v. III, p. 21-42, 2006.

CARVALHO, Lejeune M. G. X.; MATTOS, Sergio S. *Sociólogos & Sociologia: história das suas entidades no Brasil e no mundo*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2005.

COELHO DOS SANTOS, Silvio. A Antropologia em Santa Catarina. In: COELHO DOS SANTOS, Silvio (Org.). *Memória da Antropologia no Sul do Brasil*. Florianópolis: EDUFSC/ABA, 2006, p. 17-77.

HANDEFAS, Anita. A Formação do Professor de Sociologia. In: HANDEFAS, Anita; OLIVEIRA, Luiz Fernandes. (Org.). *A Sociologia vai à escola: história, ensino e docência*. Rio de Janeiro: Quartet, 2009, p. 187-196.

LIEDKE FILHO, Enno Dagoberto. “A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios.” *Sociologias*, v. 7, n. 14, 2005. p. 376-436.

MARTINS, Carlos B.; WEBER, Silke. Sociologia da Educação: democratização e cidadania. In: MARTINS, Carlos B; MARTINS, Heloisa H. T. S. *Horizontes das Ciências Sociais: Sociologia*. São Paulo: ANPOCS, 2010, p. 131-201.

MELO, Manoel P. C. *Quem explica o Brasil*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 1999.

MEUCCI, Simone. *Artesania da Sociologia no Brasil: contribuições e interpretações de Gilberto Freyre*. Curitiba: Appris, 2015.

MICELI, Sergio. Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais. In: MICELI, Sergio (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. Vol. 1. São Paulo: Editora Vértice/Idesp/Finep, 1989. p. 72-110.

MICK, Jacques; DIAMICO, Manuela de Souza; LUZ, Joel Rosa. O perfil do egresso do curso de Ciências Sociais da UFSC (2000-2009). *Mosaico Social*, v. VI, p. 347-386, 2012.

OLIVEIRA, Amurabi. A expansão conservadora dos cursos de formação de professores em Ciências Sociais em Santa Catarina. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 13, n. 25, p. 87-103, 2016.

_____. Revisitando A História do Ensino de Sociologia na Educação Básica. *Acta Scientiarum Educatum*, v. 35, n. 2, 2013, p. 179-189.

OLIVEIRA, Amurabi; SILVA, Camila Ferreira. A Sociologia, os Sociólogos e a Educação no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 31, n. 91, 2016, p. 1-15.

PINTO, Costa; CARNEIRO, Edison. *As ciências sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: CAPES (Série Estudos e Ensaio, nº 6), 1955.

REESINK, Misia L.; CAMPOS, Roberta Bivar Carneiro. A Geopolítica da Antropologia no Brasil: Ou como a província vem se submetendo ao Leito de Procusto. In: SCOTT, Parry; CAMPOS, Roberta Bivar C.; PEREIRA, Fabiana G. (Org.) *Rumos da Antropologia no Brasil e no mundo: geopolíticas disciplinares*. Recife: Editora UFPE-ABA, 2014. p. 53-82.

TAKAGI, Cassiane T. T. *Formação de professores de Sociologia do Ensino Médio: um estudo sobre o currículo do curso de ciências sociais na Universidade de São Paulo*. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC. *Boletim de Ciências Sociais*. s/v, n. 17, 1980.

_____. Curso de Ciências Sociais – Projeto Político Pedagógico. Florianópolis, 2006.

WEBER, Silke. *O professorado e o papel da educação na sociedade*. Campinas: Papyrus, 1996.

Resumo:

O presente trabalho integra uma pesquisa mais ampla sobre a história das Ciências Sociais em Santa Catarina, cujo recorte se circunscreve, sobretudo, nas Ciências Sociais desenvolvidas junto à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O curso que é aqui objeto de reflexão fora criado em 1973, tendo passado por inúmeras transformações desde então, tendo ocorrido sua última reforma curricular em 2006, sendo esse período entre a década de 1970 e os anos 2000 o recorte temporal aqui adotado a partir do exame de suas mudanças curriculares. Almeja-se desenvolver uma reflexão que possibilite compreender quais concepções de formação de professor de Ciências Sociais estavam em curso e como elas são transparecidas nos diversos desenhos curriculares, ao mesmo tempo em que se inserem numa dinâmica mais ampla das Ciências Sociais no Brasil.

Palavras-chave: Formação de Professores de Ciências Sociais; Ensino de Sociologia; Ensino Superior; Pensamento Social.

Abstract:

The present paper integrates a broader research about the history of the Social Sciences in Santa Catarina, whose cut is circumscribed, especially in the Social Sciences developed at the Federal University of Santa Catarina (FUSC). The course that was the subject of reflection was created in 1973, having undergone numerous transformations since then, its last curricular reform occurred in 2006. This period between the decade of 1970 and the years 2000 is the temporal cut here adopted for the examination of their curricular changes. It is hoped to develop a reflection that makes possible to understand the different conceptions of teacher training in Social Sciences, and how they are shown in the different curricular designs, at the same time as they are inserted in a broader dynamics of Social Sciences in the Brazil.

Keywords: Teacher Training in Social Sciences; Teaching Sociology; Higher education; Social Thought.

Recebido para publicação em 16/03/2018.

Aceito em 02/10/2018.